

Disponível em:

<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>
RACE, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017

INOVAÇÃO SOCIAL ALÉM DA TECNOLOGIA SOCIAL: CONSTRUCTOS EM DISCUSSÃO

Social innovation beyond social technology: constructs under discussion

Carolina Beltrão de Medeiros

E-mail: carolina.beltrao@hotmail.com

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná; Doutoranda em
Administração pela Universidade Federal de Pernambuco.
Endereço para contato: Rua Dois Irmãos, 92, Ed. Anexo Anízio Teixeira, Apipucos,
52071-440, Recife, Pernambuco, Brasil.

Carlos Eduardo de Sousa Galvão

E-mail: carlos.galvao@ifma.edu.br

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco; Es-
pecialista em MBA em Planejamento e Gestão Estratégica pelo Centro Universitário
Internacional; Professor no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do
Maranhão.

Suzanne Correia

E-mail: suzanne.enc@gmail.com

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em
Administração pela Universidade Federal da Paraíba; Professora na Universidade
Federal de Campina Grande.

Carla Gómez

E-mail: carlapasagomez@gmail.com

Pós-doutora pela NHTV Breda University, Breda, Holanda; Doutora em
Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na
Universidade Federal de Pernambuco.

Leonardo Castillo

E-mail: leonardo.a.gomez@gmail.com

Doutor em Human And Environmental Studies pela Kyoto University;
Mestre em Environmental Architecture pela Kyoto University; Professor e pesquisa-
dor no Departamento de Design da Universidade Federal de Pernambuco.

Artigo recebido em 22 de maio de 2017. Aceito em 11 de julho de 2017.

Resumo

A ampliação dos debates na academia em torno do conceito de inovação social mostra que os construtos associados a esse tema ainda estão em discussão, apesar dos esforços e avanços demonstrados nos discursos em torno das suas características. O pressuposto neste ensaio teórico é que a inovação social é um conceito que vai além da tecnologia social, porque esta última se comporta como ferramenta com potencial para que a inovação social aconteça. A proposta com este artigo ganha importância uma vez que a tecnologia social é um termo utilizado no Brasil para também definir iniciativas de inovação social, mas que não tem sido encontrado em referências internacionais, daí a inquietação dos pesquisadores em investigar o tema. Os resultados apontam que as temáticas se sobrepõem em diversos pontos, porém se entende que a inovação social tem o propósito de ampliar o escopo das tecnologias sociais adotadas pelas comunidades, quando proporcionam empoderamento aos atores envolvidos no processo de governança, concedendo-lhes, também, ganhos com vistas à transformação social. Palavras-chave: Inovação social. Tecnologia social. Transformação social.

Abstract

The expansion of the discussions in academy around the concept of Social Innovation (SI) shows that the constructs associated with this issue are still under discussion, despite the efforts and progress demonstrated in speeches around their features. The assumption of this theoretical essay is that the SI is a concept that goes beyond the Social Technology (ST), that behaves as a potential tool for that SI happens. The purpose of this paper gains importance as the Social Technology is a term used in Brazil to define Social Innovation initiatives, but has not been found in international references, hence the concern of researchers to investigate the issue. The results indicate that the themes overlap at various issues, but it is understood that social innovation is intended to enlarge the scope of social technologies adopted by the communities, when they provide empowerment to the actors involved in the governance process, granting them also gains to social transformation.

Keywords: Social innovation. Social technology. Social transformation.

1 INTRODUÇÃO

Inquietações acadêmicas acerca dos temas Inovação Social (IS) e Tecnologia Social (TS) são constantemente encontradas no cenário acadêmico nacional, isso porque estes são ainda temas que se sobrepõem em alguns aspectos, apesar dos esforços e avanços demonstrados nos discursos em torno das suas características, etapas, *nuanças*, condicionantes, procedimentos e resultados. Há que se considerar, ainda, que as inovações sociais são, por natureza, multidimensionais nos seus desafios em atender

às demandas sociais dos diversos *stakeholders*, interessados em seus processos e resultados, ressaltando-se que, nessa perspectiva de processo/resultados, o produto social da inovação não pode ser isolado do processo ou da maneira como a inovação foi organizada e desenvolvida (CORREIA; OLIVEIRA; GÓMEZ, 2016), fato que deixa ainda mais lacunas a serem preenchidas na construção dos discursos.

E é perante esse enorme desafio que a *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD) (2011) entende que a geração do conhecimento deve ser fomentada para que a complexidade que envolve a inovação social possa ser melhor compreendida, elaborada, gerenciada e disseminada. Portanto, compreender a inovação social perpassa por caracterizar as iniciativas quanto a seu escopo que vão desde a problemática demográfica e territorial, até saúde, emprego, pobreza, mudanças climáticas, direitos políticos e segurança alimentar e a falha sistêmica em suas soluções, que se diferem em razão do que se materializa como sendo o contexto local (CLOUTIER, 2003; MOULAERT et al. 2005; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULLIGAN, 2010; OECD, 2011).

Perpassa também por gerenciar a participação dos diferentes *stakeholders* que assumem papel de protagonistas em diferentes etapas do processo de elaboração e disseminação da inovação social, revelando a capacidade de criar sinergia entre atores por meio da capacidade de interlocução das organizações do Terceiro Setor, do esforço do coletivo “escondido” dentro das comunidades e da força da sociedade civil por movimentos endógenos e autênticos, que encontram consonância com os interesses de governos em solucionar problemas sociais (apesar de sua incapacidade de agirem sozinhos) e de empresas que se interessam por negócios com impacto social.

Dessa forma, entende-se que a inovação social abrange novos arranjos sociais, organizacionais e institucionais que clamam por transformação social e pode ser subdividida em três vertentes principais, em que as iniciativas de IS estão relacionadas a políticas públicas, ao espírito empresarial social e ao desenvolvimento participativo (GREGOIRE, 2016). E nesse sentido, “o papel de cada ator tem de ser reformulado para que eles se tornem uma força motriz eficaz dos progressos técnicos e sociais.” (OECD, 2011, p. 14).

Por isso, o campo de estudo sobre a inovação social está em estado de construção, apresentando-se como uma disciplina acadêmica emergente (LETTICE; PAREKH, 2010; PATIAS et al., 2017), incitando e estimulando ainda mais para que novas investigações sobre a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade encontradas na inovação social reverberem. Nesse sentido, a proposta deste ensaio teórico ganha importância, uma vez que o termo “tecnologia social” é muitas vezes utilizado no

Brasil para definir iniciativas de inovação social, mas não tem sido encontrado em referências internacionais com o mesmo sentido, e não se tem clareza do que efetivamente diferencia cada uma delas.

No trabalho desenvolvido por Gómez et al. (2014), foram ouvidas as opiniões de pesquisadores nacionais em relação aos conceitos de inovação social e tecnologia social, e ficou evidente que não há uma definição clara das diferenças entre os termos para esses especialistas. Importante ressaltar, nesse contexto, que os pesquisadores acadêmicos consultados são as referências nacionais para o tema e são também os orientadores e professores que disseminam os conceitos de forma ainda amorfa.

Quando se realizam buscas na internet com o termo *social innovation*, encontram-se centros de pesquisas em instituições de ensino em diferentes lugares do mundo, artigos acadêmicos publicados em eventos e em periódicos e grupos de discussões em redes sociais. Não se tem o mesmo resultado (ou similar) para a busca com o termo *social technology*, que remete a resultados como ferramentas baseadas na internet para melhorar os aspectos “sociais” de determinada situação (geralmente o acesso à informação como impacto social). Assim, há uma lacuna a ser preenchida, e este artigo pretende discutir sobre as relações entre os dois conceitos, relacionando-os por meio de suas semelhanças.

O pressuposto deste ensaio teórico é que a inovação social é um conceito que perpassa a tecnologia social, a qual funciona como uma das ferramentas para que a inovação social seja percebida. Isso significa que possuem conceitos distintos, como ocorre com os conceitos de tecnologia e inovação, que se relacionam de forma estreita apenas quando se trata das inovações tecnológicas. Dessa forma, identifica-se a seguinte pergunta de pesquisa para este ensaio: como estão configuradas as diferenças e as semelhanças entre os conceitos tecnologia social e inovação social?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à pergunta de pesquisa, este ensaio teórico tem o objetivo de propor um *framework* que apresente as relações existentes entre os conceitos de tecnologia social e inovação social. Logo, possui uma abordagem qualitativa. Considera-se que artigos teóricos apresentam uma revisão que permite a compreensão do movimento da área, apresentando as relações e as lacunas teóricas, além de fornecer uma abrangência relevante sobre as temáticas. Sua característica mais elementar é a originalidade relacionada à argumentação na escolha do objeto de análise, no recorte dado à análise e na abordagem epistemológica relacionada ao tema (MENEGETTI, 2011).

Um ensaio é direcionado por questões que orientam os sujeitos a perguntas mais profundas (MENEGETTI, 2011): levanta-se, então, esta pesquisa a considerar as seguintes perguntas norteadoras, emergentes a partir da motivação inicial para o estudo: (1) o que é inovação social?, (2) o que é inovação?, (3) o que é social?, (4) o que é tecnologia social?, (5) que diferenças significativas existem entre inovação social e tecnologia social?

Para fundamentar a construção da argumentação apresentada neste estudo, foi realizado um levantamento do estado da arte dos temas, sem recorte temporal, a partir da consulta a banco de dados do Portal Periódicos, com Qualis A1, A2, B1 e B2, anais de eventos científicos, teses e dissertações cadastradas no banco de dados da Capes, a partir dos termos inovação social, *social innovation*, tecnologia social e *social technology*.

A seguir apresentam-se as inquietações a partir de uma análise interpretativa do material selecionado na revisão bibliográfica, realçando as semelhanças e diferenças entre os conceitos, e, conseqüentemente, foi proposto o quadro conceitual para reflexões e discussões.

3 INQUIETAÇÕES TEÓRICAS SOBRE INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIA SOCIAL

As tecnologias, de forma geral, refletem os valores e as contradições das sociedades que as engendram. No modelo liberal de interpretação da realidade, os conceitos de inovação e tecnologia estão diretamente relacionados ao mercado (SCHUMPETER, 1985) e às leis da oferta e demanda, pressupõem capacidade de compra e são vistos como recursos de competitividade (tecnologias convencionais e tecnociência) (BAUMGARTEN, 2007).

Desde outra perspectiva, é possível relacionar os conceitos de tecnologia e de inovação com a ideia de necessidade (carências humanas), buscando suas possibilidades para a inclusão social (CAULIER-GRICE et al., 2012; HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Um elemento fundamental para a sustentabilidade econômica e social do País parece repousar na articulação entre produção de conhecimento e inovação social. As redes que articulam pesquisadores e demais atores relacionados à produção de conhecimento podem ajudar no aprofundamento das relações entre coletividade científica e sociedade no Brasil, possibilitando o desenvolvimento de Tecnologias Sociais (TS) e de Inovação Social (IS) (BAUMGARTEN, 2005).

Diante dos pressupostos iniciais sobre os conceitos, a revisão em seguida pretende delimitar os espaços entre as bases conceituais de TS e IS, a fim de propiciar um melhor entendimento e aprofundamento das teorias que sustentam as suas relações.

3.1 O QUE É INOVAÇÃO?

Para melhor compreensão da inovação, faz-se necessário retornar a Schumpeter (1985), considerado pelos economistas como referência seminal dos estudos sobre inovação. Para o autor, as inovações podem ocorrer de cinco formas: por meio da introdução de um novo produto, da entrada em um novo mercado, de uma nova fonte de materiais, da reorganização do mercado de uma indústria ou de um novo processo produtivo. Essas são as principais formas de inovação estudadas pelos economistas. Sob essa visão, a inovação independe da tecnologia, em que a segunda apenas funciona como instrumento para apoiar a primeira (SCHUMPETER, 1985).

A partir desses estudos, percebe-se a apropriação do termo inovação pelo mercado. Entretanto, a inovação no século XXI passa a ganhar dimensões além do mercado, sendo influenciada por novas bases de conhecimento, e passa a fazer parte de setores como o público e o terceiro setor. Pol e Ville (2009) criaram um modelo a partir do qual classificaram as inovações entre as que almejam lucro e as que almejam benefícios sociais. Para os autores, a terminologia mais adequada para as inovações que objetivam lucro seria inovações empresariais, enquanto as que visam ao bem-estar deveriam ser chamadas de inovações sociais. Já as inovações tecnológicas poderiam ser tanto sociais quanto empresariais.

Os conceitos e modelos de inovação tradicionais não são suficientes para entender a inovação socialmente dirigida. Desafios sociais abordam uma variedade de questões inter-relacionadas, que são construídas em cima de campos ainda desordenados, e dispersas no que diz respeito à área de conhecimento (OECD, 2011). O que se tem certeza é que o paradigma de que o crescimento econômico traria consigo o desenvolvimento social não mais se sustenta (MOULAERT et al., 2007).

Os modelos de inovação utilizados pelo mercado são ineficientes para superar os atuais desafios da sociedade. Embora a inovação para esses desafios tenha perfil público, os problemas em pauta apenas serão resolvidos com a participação de diferentes atores sociais, provenientes de todos os setores organizacionais e da sociedade de modo geral (PHILLS JUNIOR; DEIGLMEIER; MILLER, 2008), entendendo-se, também, que a dificuldade na captação de recursos para projetos desse porte tem sido

um dos principais limitadores à realização de investimentos no setor (MULGAN, 2006).

Alguns dos principais desafios sociais do século XXI envolvem um grande esforço, de diversos setores da sociedade, a fim de enfrentar as fronteiras tradicionais e bem estabelecidas entre essas diversas áreas, conseguir a integração de competências que são ainda, em grande medida, competências desconectadas, especialmente tecnológicas e não tecnológicas, bem como as ciências naturais e sociais, e articular e integrar essas partes interessadas, que podem introduzir as capacidades e interesses necessários em pesquisa e inovação para enfrentar os desafios sociais (OECD, 2011).

Dessa forma, a área de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), que historicamente tem impulsionado grandes avanços na produtividade, e não se pode deixar de notar que grande parte do impulso e esforços para mobilizar a C,T&I para a sociedade se tem centrado em objetivos econômicos, como a competitividade e o crescimento econômico, passa a ter outro tipo de papel, considerando as questões sociais como as grandes questões de sua pauta. Assim, atender às necessidades e aspirações relacionadas ao bem-estar da sociedade tem sido também um dos objetivos da área de C,T&I. Portanto, é oportuno olhar cuidadosamente para formas de alimentar “sementes” científicas e técnicas, que mais tarde podem dar frutos como resposta aos desafios sociais, mas que podem precisar de mais do que a mão invisível do mercado para começar a florescer (OECD, 2011).

3.2 O QUE É SOCIAL?

No que diz respeito ao conceito do termo social, este adjectiva os substantivos em relação à qualidade de serem pertencentes ou relativos à sociedade, em seu sentido mais estrito. No que se refere aos estudos sociológicos, o termo social é considerado relativo ou pertencente às manifestações provenientes das relações entre os seres humanos. Visto pela ótica de Durkheim (1989, p. 35), o chamado pai da Sociologia, o conceito daquilo que é “social” preconiza uma visão macroambiental, ao argumentar que ele (o social) “está em cada parte porque está no todo, e não no todo por estar nas partes.” Dessa forma, entende-se que argumentar sobre algo que é considerado “social”, para Durkheim (1989), tem relação direta com a sociedade em geral e seus grandes temas.

A partir dessa visão, tratar, por exemplo, sobre sustentabilidade social pressupõe um recorte para o termo que se refere à sociedade como um todo. Deve-se observar que o conceito de sustentabilidade social é crítico para o conceito de susten-

tabilidade e não deve estar subordinado aos conceitos de sustentabilidade econômica e ambiental. Isso porque o conceito geral tem como pressuposto que a sociedade, o ambiente e a economia são partes inter-relacionadas de um sistema macro (MAGIS; SHINN, 2009).

A dimensão social da sustentabilidade tem como pressuposto uma sociedade sustentável, em que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens e recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outrem. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais (NASCIMENTO, 2012).

Dessa forma, pensar em sustentabilidade social significa focar em quatro princípios básicos: bem-estar humano, igualdade, governo democrático e sociedade democrática. Esses princípios desenvolvem um círculo virtuoso que se autorreforça, provendo diretrizes para políticas econômicas e gerando resiliência para o *framework* institucional necessário (MAGIS; SHINN, 2009).

O conceito de sustentabilidade é formado por uma tradição de pesquisas sobre o conceito de bem-estar social. Três linhas de pesquisa e a vida prática somam definições para o conceito de bem-estar social e, conseqüentemente, sustentabilidade social: desenvolvimento centrado no ser humano, sustentabilidade e bem-estar comunitário (MAGIS; SHINN, 2009).

Nesse sentido, com enfoque prioritário nos estudos sobre bem-estar social, as inovações sociais têm se esforçado para fornecer uma compreensão comum da inovação para enfrentar os desafios e aspirações sociais. O princípio fundamental dessa definição é que o bem-estar social é uma meta, não uma consequência. Assim, há inovação social onde quer que novos mecanismos e normas consolidem e melhorem o bem-estar dos indivíduos, das comunidades e dos territórios em termos de inclusão social, geração de emprego e qualidade de vida (OECD, 2011).

3.3 INOVAÇÃO SOCIAL

O conceito de inovação social (IS) ainda não apresenta uma definição consensual entre os pesquisadores, apesar das discussões em torno do tema, que vêm se consolidando principalmente a partir da década de 1970. Nesse ínterim, o termo foi utilizado pela primeira vez em uma publicação acadêmica sobre aprendizagem com pessoas em situação de risco (TAYLOR, 1970). O trabalho descreve o processo pelo qual passavam indivíduos que participavam de projetos interdisciplinares, com

seus problemas usuais que comumente ocorrem em razão das contradições entre as disciplinas (RODRIGUES, 2004), sendo esses problemas superados por meio de iniciativas de inovação social. Este trabalho, inclusive, é considerado pioneiro na discussão sobre o tema (JOÃO, 2014). No mesmo ano, Gabor (1970) publicou um estudo sobre inovações sociais aplicadas ao desenvolvimento territorial, reforçando o caráter local do surgimento dessas iniciativas.

As pesquisas sobre IS vêm sendo desenvolvidas a partir do final do século XX e intensificadas a partir dos anos 2000 em diversos centros de pesquisa ao redor do mundo: na América do Norte, nas universidades de Harvard, Stanford e Brown, nos EUA e no Canadá, no *Centre de recherche sur les innovations sociales (Crises)*, com início de suas atividades ainda na década de 1980, com estudos relacionados a uma perspectiva sociológica de análise. Além destes, diversos centros e universidades na Europa desenvolvem estudos sobre inovação social, como, por exemplo, a *Young Foundation*, em Londres, com perspectiva gerencialista sobre as iniciativas de IS.

Embora exista grande demanda por soluções sociais, a quantidade de trabalhos sobre inovações sociais ainda é pequena quando comparada ao mesmo montante de estudos sobre inovações com foco no mercado, as chamadas inovações tecnológicas (BIGNETTI, 2011). Talvez uma das causas seja a falta de consenso sobre a definição de inovação social e sua abrangência. Algumas das principais definições encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Definições de Inovação Social

DEFINIÇÃO	AUTOR
Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.	Taylor (1970)
Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.	Cloutier (2003)
Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (empowerment) mediante a inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.	Mouleart et al. (2007)
Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos propósitos primários são sociais.	Mulgan et al. (2007)
Uma solução nova para um problema social ainda mal resolvido e que é mais efetiva, eficiente e sustentável do que aquelas então existentes e por meio da qual o valor que é criado se reverte em benefícios para a sociedade como um todo, ao invés de se restringir a ganhos particulares.	Phills, Deiglmeier e Miller (2008)
Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.	Pol e Ville (2009)

Um conjunto de estratégias, conceitos, ideias e formas organizacionais com vistas a expandir e fortalecer o papel da sociedade civil em resposta a uma diversidade de necessidades sociais, de uma forma melhor do que as práticas existentes.	Howaldt, Kopp e Schwarz (2010)
O processo de implementação de uma ferramenta visando a expandir e fortalecer o papel da sociedade civil em resposta a uma diversidade de necessidades sociais.	OECD (2011)
Novas práticas sociais, criadas a partir de ações coletivas e intencionais que visam à mudança social por meio da reconfiguração de como metas sociais são cumpridas.	Cajaiba-Santana (2014)
Iniciativas definidas como processos desenvolvidos por atividades coletivas que buscam atender às necessidades sociais, difundidos por atores para gerar ganhos e resposta social.	Correia (2015)
Um conjunto de estratégias, conceitos, ideias e formas organizacionais com vistas a expandir e fortalecer o papel da sociedade civil em resposta a uma diversidade de necessidades sociais (educação, cultura, saúde, entre outros), sendo entendida como uma construção de compromissos na busca de responder aos problemas coletivos, de forma a atender a demandas sociais de uma forma melhor do que as práticas existentes.	Howaldt, Kopp e Schwarz (2015)

Fonte: os autores.

Conforme se pode perceber pelas definições dos diversos autores, a inovação social está predominantemente relacionada ao bem-estar social, podendo ser conceituada, de forma geral, como uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais em determinadas áreas de ação ou contexto social, promovidas por atores com o objetivo de melhor satisfazer ou responder às necessidades e problemas da sociedade (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2010). Sob a perspectiva do pesquisador Manzini (2008), a inovação social também pode ser definida como mudanças no modo como os indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades, fazendo uso de ferramentas relacionadas ao design para viabilizar essas propostas.

A inovação social é, também, dirigida a produzir mudança social. A mudança pode ser de diferentes intensidades: incrementais ou radicais. Alterações são incrementais quando constroem sobre o que já existe, e são radicais quando produzem uma mudança total em relação ao passado. Obviamente, nem todas as inovações sociais podem ser radicais, e as evidências mostram que a maioria delas é incremental (OECD, 2011).

Considerando-se que a inovação social muitas vezes está atrelada a atividades que têm tecnologias sociais incorporadas ao seu desempenho, faz-se necessário compreender em maior profundidade qual o papel exercido por essas tecnologias em seu processo de desenvolvimento, sustentação e difusão.

3.4 TECNOLOGIA SOCIAL

Tecnologia, em seu sentido mais amplo, significa a aplicação de conhecimento técnico e científico em processos e produtos, que são criados ou podem ser modificados a partir desse conhecimento.

Em relação ao conceito de tecnologia social, este existe com o propósito de nominar as tecnologias com o potencial de incluir pessoas que estão à margem da sociedade (MORAES, 2012). As tecnologias são chamadas “sociais” quando apresentam as condições para, a partir de sua implantação em determinados contextos, melhorar a qualidade de vida. Essas soluções devem ter potencial para gerar efetivas mudanças em diversos campos, como educação, agricultura, saúde, meio ambiente e lazer. Além disso, as tecnologias sociais também devem atender aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social.

A tecnologia social surge como uma continuidade do conceito de Tecnologia Apropriada (TA), que desponta no final do século XX como uma reação a partir do questionamento em relação ao uso de tecnologias convencionais, que não seriam o ideal para países periféricos por causa da inevitável dispensa de mão de obra. As tecnologias apropriadas representaram o sonho e a utopia de muitas sociedades humanas que influenciaram vários autores, teóricos, experiências governamentais e diversas políticas desenvolvimentistas, todas perseguindo o objetivo de evitar o uso intensivo de capital e a exclusão massiva de mão de obra, fugindo ao modo das tecnologias de grande escala repassadas dos países desenvolvidos aos emergentes, enfatizando o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às culturas e às vocações regionais, dos territórios e ao meio ambiente (ALBUQUERQUE, 2009).

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve grande proliferação de grupos de pesquisa defensores da ideia da TA nos países avançados e significativa produção de artefatos tecnológicos baseados nessa perspectiva. Embora o objetivo central da maioria desses grupos fosse a tentativa de minimizar a pobreza nos países do Terceiro Mundo, a preocupação com as questões relativas à sustentabilidade como a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento e a utilização de fontes alternativas de energia, por exemplo, eram frequentes também em pesquisas de países do Primeiro Mundo (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Nos anos 2000, a tecnologia social surge no Brasil, onde a ideia de uma tecnologia alternativa à convencional tem recebido essa designação. Essa TS envolve um processo que deve abranger o conhecimento de comunidades que estão precisando de um determinado tipo de solução, e por isso os seus integrantes participam do

desenvolvimento das novas formas de fazer, entendendo que essas novas técnicas deverão ser utilizadas com o propósito claro da mudança social, com capacidade para melhorar a qualidade de vida da comunidade e podendo servir como modelo para outros grupos que apresentem problemáticas similares. Dentro dessa perspectiva, a tecnologia social seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico e de um acordo social, os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (voluntária e participativa), permite uma modificação no produto gerado, passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2009).

Como características das Tecnologias Sociais, Dias e Novaes (2009) pontuam que estas devem: (1) ser adaptadas a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; (2) não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores; (3) ser orientadas para a satisfação das necessidades humanas; (4) incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; (5) ser capazes de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, agricultura familiar e pequenas empresas. Esse último item reforça a ideia de que a participação ativa do usuário no desenvolvimento da TS é o divisor de águas entre essa e sua antecessora, a TA. Enquanto a preocupação em torno da TA estava concentrada no produto final, a TS tem sua atenção voltada para o processo. Isso não significa que o produto final não seja importante, mas a essência está no processo de desenvolvimento da tecnologia (FREITAS, 2012).

As tecnologias sociais ganham maior espaço e resultados com a criação, em 2003, da Rede de Tecnologia Social (RTS) (DAGNINO; BAGATOLLI, 2009), formada por atores da esfera brasileira preocupados com a crescente exclusão social e compartilhando a percepção de que era necessária uma tecnologia que correspondesse aos seus objetivos em relação a essa inquietação.

A RTS passa, então, a reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável utilizando tecnologias sociais. O conceito que está apresentado pela RTS define a tecnologia social como compreendendo produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2016).

Duas são as frentes de atuação da tecnologia social, e a RTS entende que é este o caminho: difusão das tecnologias sociais e reaplicação de tecnologias sociais. Dessa forma, a RTS atua na reaplicação, difusão e desenvolvimento de tecnologias

sociais de gestão sustentável de recursos hídricos e florestais; produção de energia limpa e busca permanente de eficiência energética; produção sustentável de alimentos saudáveis; produção de habitações e infraestruturas sustentáveis; geração de trabalho e renda por meio de negócios sustentáveis; educação e formação (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2016).

O que há em comum em todos esses projetos que se utilizam da tecnologia social é que o papel da comunidade envolvida é imprescindível para o desenvolvimento dessas ferramentas. É um processo de construção *bottom-up*, que parte do conhecimento especializado do grupo, que vive as suas dificuldades e que, na maioria dos casos, tem a solução para os seus problemas ou, pelo menos, sabe fornecer indicativos de como viabilizar essas soluções.

Pressupõe-se, assim, que, no processo de construção coletiva da tecnologia social, é a consciência dos próprios atores envolvidos que busca a sustentabilidade e a qualidade de vida, confirmando na prática a diferença entre a tecnologia social e a tecnologia convencional (MORAES, 2012) e ressaltando o fundamental papel dos atores no processo de construção dessas tecnologias.

3.5 INOVAÇÃO SOCIAL VERSUS TECNOLOGIA SOCIAL

As relações entre IS e TS apresentam inúmeras semelhanças, conforme Oliveira e Silva (2012), através do olhar do desenvolvimento sustentável. Uma outra relação que pode ser proposta é a de complementaridade, ao se observarem as terminologias sob o olhar do desenvolvimento territorial. Percebe-se que as duas terminologias se aplicam à transformação social, entretanto, as perspectivas para essas transformações são diferentes. As tecnologias sociais são aplicadas com mais eficiência a comunidades e localidades (nível micro), e as inovações sociais correspondem a iniciativas implementadas em comunidades locais e que se expandem para regiões e nações (níveis micro, meso e macro). E é no nível macro que se pode analisar as transformações sociais, proporcionadas pela IS. Assim, ao contrário das tecnologias sociais, as inovações sociais, ao serem abordadas dentro do contexto do desenvolvimento territorial sustentável (ANDRÉ; ABREU, 2006), têm seu contexto analisado por meio de macrodimensões, como política, sociocultural, institucional e de recursos (ASSOGBA, 2010).

A partir dos pontos de convergência apontados, entende-se que, embora os conceitos de IS e TS tenham origens teóricas diferentes e funções diferentes, ambas apontam para os mesmos objetivos.

O termo tecnologia social é geralmente aplicado em sua maioria por autores de países de terceiro mundo (RODRIGUES; BARBIERI, 2008), com exceções como Henderson (1901) e Schumacher (1979), e o termo inovação social surgiu entre nações de primeiro mundo por meio dos trabalhos de Taylor (1970) e Gabor (1970) e assim tomou corpo em publicações em vários centros de pesquisa, como o TEPSIE, uma colaboração de seis instituições europeias para compreender os fundamentos teóricos e empíricos para o desenvolvimento de políticas para o domínio das inovações sociais, tendo como principal colaboradora a *Young Foundation*, na Europa, o Crises, em Québec, o grupo de pesquisa italiano DESIS, entre outros.

Todos os centros de pesquisa em Inovação Social abordam o conceito dentro de um contexto territorial, como uma forma de desenvolvimento sustentável, seja em comunidades locais, como o DESIS, seja em regiões, como o Crises, ou, ainda, em países, como o TEPSIE. Já as tecnologias sociais, apesar da criação de centros como o Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais (ITS), o Banco de Tecnologias Sociais (BTS) e a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), não possuem atuação em dimensões espaciais regionais ou nacionais, apenas locais. E esta é apontada como a característica mais marcante da tecnologia social, a sua relação é bastante próxima e direta com as comunidades, com foco na análise das transformações no ambiente micro.

Para Dagnino e Gomes (2000), o conceito de inovação social é utilizado para fazer referência ao conhecimento – intangível, podendo estar incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que apresenta como principal propósito o aumento da efetividade dos produtos, serviços e também dos processos relacionados à satisfação das necessidades humanas. Nesse caso, a inovação social pode ser considerada também uma consequência da utilização das tecnologias sociais (conhecimento tangível), mas não está limitada a elas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para aprofundar a discussão, realizou-se um exercício de reflexão com base nos conceitos de inovação social e tecnologia social apresentados pelos autores que são referência na área.

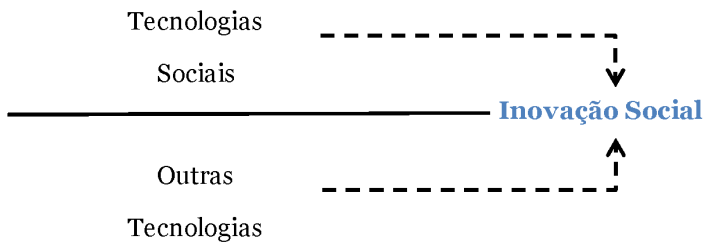
Os resultados apontam que as temáticas abordadas neste ensaio se sobrepõem em diversos pontos como impacto da ação, resultado social como foco, melhoria do bem-estar, problemas do contexto local, interação entre atores, difusão do conhecimento, estímulo à cidadania deliberativa e construção social da realidade. No entanto,

a partir da análise realizada, argumenta-se que a inovação social (IS) tem o propósito de ampliar o escopo das tecnologias sociais (TS) adotadas.

Os constructos apresentados como similaridades encontram-se na dimensão social, com foco na coordenação, integração da pluralidade de atores envolvidos (GÓMEZ et al., 2014) e inclusão social, permitindo um ambiente de cooperação e participação da sociedade civil no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas sociais, resultando, assim, em melhoria na condição de vida das pessoas (OTTERLOO, 2010).

O argumento sobre essas diferenças entre a IS e a TS está alicerçado na perspectiva de que a inovação social pode ser originada a partir de uma iniciativa da comunidade (*bottom-up*) a qual detém ou busca o conhecimento para solucionar o problema e, de forma coletiva, organiza-se para desenvolver a tecnologia social. A partir do momento em que a tecnologia social é implantada e incorporada pela comunidade, é capaz de gerar, em interação com os atores sociais, transformação da cultura, do cotidiano, dos aspectos econômicos, sociais, e/ou ambientais, passando, então, a ser considerada uma inovação social. Assim, pode-se entender que as tecnologias sociais podem funcionar como ferramentas para o conceito de IS, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Inovação Social e Tecnologia Social



Fonte: os autores.

O conceito de TS surge como uma abordagem complementar ao abranger produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis desenvolvidas por meio da interação da comunidade, estabelecendo-se como um aporte fundamental ao desenvolvimento de iniciativas de IS a diferentes localidades, tornando seu papel mais efetivo (FRANZONI; SILVA, 2016).

Dentro desse entendimento, tanto as TS quanto outras tecnologias, de informação e comunicação (TIC), por exemplo, teriam potencial para promover inovação social. No caso particular das TIC, estas têm assumido um papel crescente no domínio

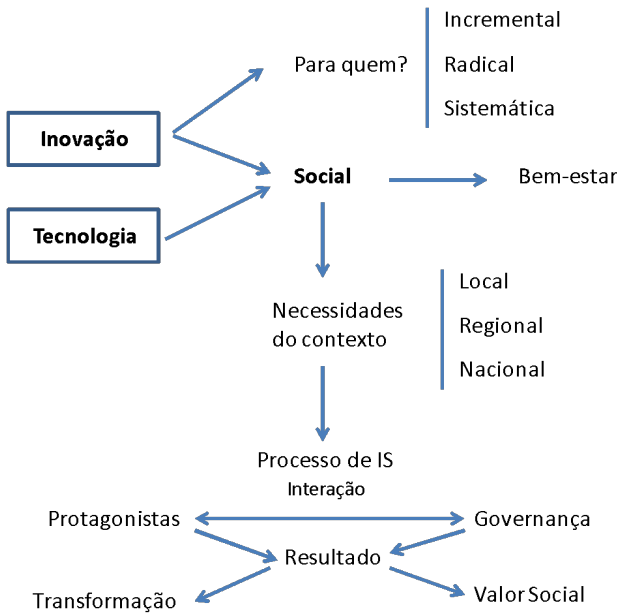
da inovação social (BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISERS, 2014) ao redor do mundo, enquanto as TS representam ferramentas brasileiras, desenvolvidas localmente (DAGNINO; BAGATTOLLI, 2009).

Em outra perspectiva de análise e tomando como exemplo as tecnologias sociais apresentadas pela RTS, verifica-se que essas ferramentas são destinadas à promoção de bem-estar para grupos sociais em estado de vulnerabilidade e que, também, o envolvimento das comunidades na implementação das tecnologias propostas é fundamental para o seu êxito. Como exemplos, entre os grupos apontados pelos projetos, estão as populações do Semiárido, da região Amazônica e da periferia dos grandes centros urbanos. Cada um desses grupos apresentou necessidades específicas em face aos problemas enfrentados, e por isso a necessidade de adaptar cada tecnologia considerando o contexto local.

As tecnologias sociais são inerentemente replicáveis em outros contextos, apresentando condições favoráveis para conceder empoderamento às comunidades em questão por meio de mudanças na cultura da forma de “fazer”. Se as comunidades passam a incorporar em seu cotidiano essas novas maneiras proporcionadas pelas TS e sentem os benefícios sociais dessa mudança, estariam sendo identificados, nesse caso, processos de inovação social, com o suporte das tecnologias sociais, e sendo os grupos beneficiados considerados protagonistas do processo de governança.

Uma proposição conceitual sobre a trajetória desses dois conceitos, IS e TS, está iniciada na Figura 2.

Figura 2 – Relação entre os conceitos de inovação social e tecnologia social



Fonte: os autores.

A abordagem social está apresentada para os dois conceitos, que são distintos por definição, e implica uma visão de criação e utilização das tecnologias sociais para o bem-estar da sociedade. A dimensão social entendida assume a preocupação com as demandas não satisfeitas da sociedade, provocando, assim, a sociedade civil a se concentrar em melhorias de determinadas localidades a partir do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento econômicos e sociais, por meio da cooperação entre os atores envolvidos e na formalização de redes ou parcerias sociais.

O aspecto “social” inserido nessas questões contempla dimensões-chave que devem ser examinadas simultaneamente para que se possa verificar o nível de progresso do bem-estar, a saber: padrões materiais de vida (renda, consumo e riqueza); padrões de saúde; educação; atividades pessoais, incluindo o trabalho; participação política e governança; conexões e relações sociais; meio ambiente (condições atuais e futuras) e insegurança de natureza econômica e física (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

A complexidade apontada pelas dimensões-chave do enfoque social provoca a necessidade da construção de um novo desenvolvimento local, amparado por novas teorias que, adequadamente, promovam a inclusão social, a construção coletiva de soluções sociotécnicas e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Os constructos abordados implicam adaptações ao contexto, gerando melhorias em menor escala, até mudanças mais significativas, envolvendo um número maior de atores e gerando novas formas de organização do trabalho. As inovações incrementais são mudanças ou introdução às modificações em uma situação já existente, representando melhorias em menor escala e respeitando estruturas dos sistemas existentes (FAGERBERG, 2003). São significativas, menos espetaculares, e provavelmente com um impacto cumulativo, por atingirem resultados representativos (HARRISSON; BOURQUE; SZÉLL, 2009). Elas têm uma relação específica com a cultura e características do local, e incluem modificações, refinam e consolidam a melhoria das inovações já existentes.

Já as inovações radicais representam uma ruptura com as práticas econômicas e sociais estruturadas (FAGERBERG, 2003). Apresentam características de desempenho sem precedentes ou características que promovam melhoras significativas e criam novas oportunidades de desenvolvimento de processos inovadores.

Além das modificações do tipo incremental e radical, Mulgan (2006) apresenta a mudança sistêmica da inovação social, na qual se faz necessária a interação de vários elementos, como movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados, infraestrutura e formas inteiramente novas de pensar e fazer. A mudança sistêmica envolve novas estruturas e arquiteturas, compostas por muitas inovações menores.

Essas mudanças estruturais exigem que os atores repensem suas ações e formulem novas ações, podendo até entrar em conflito com as situações predeterminadas ou estruturadas anteriormente. Tais mudanças podem se caracterizar por serem do tipo radical ou apenas com a finalidade de adaptações (ajustes), exploração de novos caminhos ou criação de novas estruturas de produção.

Nesse caso, desde sua criação, as tecnologias são desenvolvidas com um propósito claro e dentro de um contexto espacial definido. Quando acontece a utilização contínua e um conseqüente acultramento em relação às tecnologias sociais, o processo é chamado de inovação social, que envolve o uso continuado dessas tecnologias pelos atores sociais envolvidos no processo. A partir dos resultados obtidos com a inovação social é que se pode pensar em um nível macro de análise, o da transformação social, gerando valores efetivos para a sociedade como um todo.

Dentro desse contexto, a inovação social desempenha um papel importante no desenvolvimento das localidades, apontando oportunidades internas que favoreçam o desenvolvimento sustentável e gerando ganhos ou respostas sociais que atendem às necessidades sociais específicas do contexto. Elas são decorrentes das habilidades

específicas da comunidade, que possibilitam o aproveitamento das potencialidades locais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

É, então, configurada a partir da relação de dependência com as redes de atores, como resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em razão de um contexto socioeconômico e de um acordo social, os quais ensejam um controle (autogestionário) e uma cooperação (voluntária e participativa), permite uma transformação do ambiente ou produto a partir da decisão de um coletivo (DAGNINO, 2009).

Em um contexto geral, a inovação social é entendida como uma intervenção iniciada por atores para responder a uma necessidade social e transformar os padrões de comportamento estabelecidos, e a tecnologia social, como um conjunto de técnicas, saberes (popular) e metodologias transformadoras, desenvolvidas pelos atores para resolver problemas de inclusão social e melhoria nas condições de vida, podendo ser transferida para outras realidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pressuposto deste ensaio teórico é que a inovação social é um conceito que vai além da tecnologia social, e, dessa forma, elas apresentam-se de forma distinta. Isso porque a TS se comporta como ferramenta com potencial para que a IS possa, de fato, acontecer, entendendo-se que há uma potencial relação de complementaridade entre os conceitos. Para tanto, buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Como estão configuradas as diferenças e semelhanças entre os conceitos tecnologia social e inovação social?”

Foram percebidos, durante essa análise, vários pontos de interseção entre IS e TS, que também estão em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável, como satisfação das necessidades humanas, preservação ambiental integrada ao desenvolvimento econômico, social e político-institucional, fortalecimento de empreendimentos coletivos e geração de renda, transformação social e promoção do bem-estar. Assim, entende-se que a inovação social pode ser operacionalizada por uma apenas ou por uma combinação de várias tecnologias sociais, como é o caso das tecnologias direcionadas para o Semiárido brasileiro, ampliando o seu espectro de atuação nos ambientes em questão. Para isso, é necessário que, além da implantação das tecnologias, que permitem a sua correta operação, elas sejam efetivamente implementadas, ou seja, que haja uma eficiente utilização delas pelas comunidades,

que devem passar a compreender o seu real significado como o de poder proporcionar empoderamento para seus atores, a partir do processo de construção das tecnologias e dos resultados que essas ferramentas conseguem proporcionar às comunidades envolvidas.

Essa implementação efetiva, que se traduz em inovação social, pelo que se tem percebido nos trabalhos analisados, apenas pode ser alcançada mediante a mobilização da própria comunidade, que traz a necessidade de melhoria consigo e articula seus atores para a aceitação de uma nova forma de atender às suas necessidades (abordagem *bottom-up*). Dessa forma, considera-se que as tecnologias sociais não apresentam resultados por si. Se não houver uma adequada implementação dessas tecnologias, gerando inovação social, não haverá resultados esperados em relação às transformações esperadas para a sociedade.

Por outro lado, se a abordagem da implantação de uma nova tecnologia social for *top-down*, ou seja, a comunidade recebe a ferramenta “pronta” para que possa ser implementada, haverá uma necessidade de disseminação da importância dessa novidade no cotidiano dos atores envolvidos. Isso implica um trabalho de conscientização e aprendizado sobre a utilização da nova ferramenta pelos agentes para que o processo possa ser caracterizado como inovação social.

Assim, o processo de inovação e tecnologia social tem como função coordenar as diferentes partes do sistema de medidas para manter redes de relacionamentos e cooperação para seu funcionamento, ou seja, é uma integração de uma pluralidade de atores sociais com o objetivo de aumentar o capital social, os níveis de aprendizado e as capacidades de cada membro envolvido.

Em suma, tanto a tecnologia social quanto a inovação social podem (e devem) ser disseminadas; o que vai diferenciar uma da outra é o escopo apresentado por cada uma delas: a tecnologia social está centrada em atender às necessidades apresentadas pelas comunidades locais, funcionando como uma ferramenta que tem o potencial de gerar inovação social. Esta, por sua vez, ao provocar difusão e institucionalização das novas práticas, abre novos caminhos em busca da tão almejada transformação social.

Por fim, o modelo teórico proposto, ao permear sobre os conceitos de inovação social e tecnologia social, suas relações, modelos e implicações decorrentes, apresenta-se como uma contribuição conceitual ao avançar nas discussões sobre as temáticas abordadas, resultando em um *framework* que possibilita operacionalizar os conceitos e propiciar análise dos fenômenos.

Enfatiza-se, também, a importância da reflexão gerada, da compreensão das relações sociais envolvidas em cada um desses temas e dos seus propósitos, apon-

tando para possibilidades de enfrentamento das necessidades sociais não atendidas, do envolvimento das discussões sobre desenvolvimento sustentável, incluindo a necessidade de pensar além dos aspectos econômicos, mas também de refletir sobre os benefícios da transformação social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O resgate de um termo. In: OTTERLOO, A. (Org.). **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 15-24.

ANDRÉ, I.; ABREU A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.

ASSOGBA, Y. **Théorie systémique de l'action sociale et innovation sociale**. Alliance de recherche université-communauté/innovation sociale et développement des communautés (AURCISDC), Université du Québec en Outaouais (UQO), Série: Recherches, n. 31, mars, 2010.

BAUMGARTEN, M. Geopolítica do Conhecimento e da Informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 16-32, mar. 2007.

BAUMGARTEN, M. (Org.). **Conhecimentos e redes – sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, 2011.

BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISERS. **Social Innovation – a decade of changes**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: moving the field forward: a conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.

CAULIER-GRICE, J. et al. **Defining Social Innovation**. A deliverable 1.1 of the project: 'The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe' (Tepsie), European Commission. Brussels: European Commission, 2012.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Crises**, 2003. Disponível em: <www.crisis.uqam.ca>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GÓMEZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM, Revista Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 17, i. 6, p. 102-133, Nov./Dec. 2016. Special Edition.

CORREIA, S. E. N. **O papel do ator organizacional na inovação social**. 2015. Tese (Doutorado em Administração – Programa de Pós-Graduação em Administração)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2000.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, 2009.

DAGNINO, R. P.; BAGATTOLLI, C. Como transformar a tecnologia social em política pública? In: DAGNINO, R. P. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: IG; Unicamp, 2009.

DIAS, R.; NOVAES, H. Contribuições da economia da inovação acerca da tecnologia social. In: DAGNINO, R. P. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: IG/Unicamp, 2009.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FAGERBERG, J. Schumpeter and the revival of evolutionary economics: an appraisal of the literature. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 13, i. 2, p. 125-159, 2003.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Inovação social e tecnologia social: o caso da Cadeia Curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, ano 14, n. 37, 2016. Edição Especial.

FREITAS, C. C. G. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável**: um estudo sob a ótica da adequação sociotécnica. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GABOR, D. **Innovations**: scientific, technological and social. New York: Oxford University Press, 1970.

GOMEZ, C. et al. Inovação Social x Tecnologia Social: Duas faces da mesma moeda? In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 27., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2014.

GREGOIRE, M. Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. **RAM, Revista Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 17, i. 6, p. 45-71, Nov./Dec. 2016. Special Edition.

HARRISSON, D.; BOURQUE, R.; SZÉLL, G. Social innovation, economic development, employment and democracy. **Social Innovation, the Social Economy and World Economic Development**. Democracy and Labour Rights in the Era of Globalization. Frankfurt (Main): Peter Lang, 2009.

HENDERSON, C. R. The Scope of Social Technology. **The American Journal of Sociology**, v. 6, i. 4, p. 465-486, 1901.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social innovation: towards a new innovation paradigm. **RAM, Revista Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 17, i. 6, p. 20-44, Nov./Dec. 2016. Special Edition.

HOWALDT, J.; KOPP, R.; SCHWARZ, M. Social Innovations as Drivers of Social Change – exploring Tarde-s contribution to social innovation theory building. In: HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. (Ed.). **Social Innovation**: Concepts, research fields and international trends. Dortmund, May 2010.

JOÃO, I. S. **Modelo de gestão da inovação social para empresas sociais**. Tese (Doutorado em Economia – Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto)–Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

LETTICE, F.; PAREKH, M. The social innovation process: themes, challenges and implications for practice. **International Journal of Innovation and Technology Management**, v. 51, i. 1, 2010.

MAGIS, K.; SHINN, C. Emergent Principles of Social Sustainability. In: DILLARD, J.; KING, M.; DUJON, V. (Ed.). **Understanding the social dimension of sustainability**. New York: Taylor and Francis, 2009.

MANZINI, E. **Design para a inovação social e sustentabilidade**: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Caderno do grupo de altos estudos/volume I. Rio de Janeiro, 2008.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, 2011.

MORAES, C. A. **Representações sociais da comunidade científica brasileira sobre tecnologia social**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

MOULAERT, F. et al. Introduction social innovation and governance in European cities. **European Urban and Regional Studies**, v. 14 i. 3, p. 195-209, 2007.

MOULAERT, F. et al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, v. 42, i. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, G. et al. **Social Innovation**: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London: The Basingstoke Press, 2007.

MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovation**, v. 1, i. 2, p. 145-162, 2006.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: Young Foundation, 2010.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **Fostering Innovation to Address Social Challenges**. Paris, 2011.

OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório do CREDITA-G-RO. **Revista de Administração**, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 277-295, maio/ago. 2012.

OTTERLOO, A. M. A tecnologia a serviço da inclusão social e como política pública. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2010.

PATIAS, T. Z. et al. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 4, n. 2, jan./abr. 2017.

PHILLS JÚNIOR, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, p. 34-43, Fall 2008.

POL, P.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term. **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, p. 878-885, 2009.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <<http://rts.ibict.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

RODRIGUES, A. L. **Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: um estudo comparativo de casos no Brasil e no Québec**. Tese (Doutorado em Administração)–Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, nov./dez. 2008.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. Paris: 2009.

TAYLOR, J. Introducing social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, i. 6, p. 69-77, 1970.

Como citar este artigo:

ABNT

MEDEIROS, Carolina Beltrão de et al. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>>. Acesso em: dia/mês/ano.

APA

Medeiros, C. B., Galvão, C. E. S., Correia, S., Gómez, C., & Castillo, L. (2017). Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(3), 957-982. Recuperado em dia/mês/ano, de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>